

ATA DA 2ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES – CMTT – PETRÓPOLIS, RJ.

Aos 30 de novembro de 2002, na Concha Acústica do Museu Imperial de Petrópolis, às 09:00h, deu-se início a realização da 2ª CMTT. Primeiramente, foi composta a mesa de debates, sendo a mesma formada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Dr. Rubens Bomtempo; O Presidente da CPT, Henrique Luiz Gomes Ahrends; o prof. Da COPPE/UFRJ, Carlos David Nasser; O Diretor Técnico da CPT, Gilmar Silva e Oliveira. Composta a mesa, usou da palavra o Exmo. Sr. Prefeito Municipal Rubens Bomtempo. Cumprimentou, na pessoa do Diretor Presidente da CPT, Henrique Ahrends, a todos os presentes. Fez concisa explanação sobre o trabalho que se pretende desenvolver na 2ª CMTT. Falou sobre o transporte coletivo no Município, sua importância e a necessidade do mesmo ser prioridade em Petrópolis. Explanou, também sobre o trânsito na cidade. Comentou que a Administração tem feito mudanças no trânsito, citando, como exemplo, a Ponte Fones, a Alfredo Pachá, comentou sobre a preocupação dos feirantes, dos comerciantes, dos taxistas e de toda a população que, de alguma forma, ficaram apressadas. Disse da importância do diálogo para a resolução dessa apreensão o que foi fundamental para que hoje, tais mudanças fossem encampadas e até defendidas pela população. De tal forma que, segundo o Sr. Prefeito, se fosse proposto o retorno a situação anterior, a população não aceitaria. Disse que o Poder Público está aberto ao diálogo e a discussões para a melhoria constante do transporte e do trânsito. Informou, também, que a Administração está empenhada na construção da Rodoviária do Bingen. Uma última questão a ser levantada, disse o Prefeito, é a recuperação da CPT. Citou o trabalho do ex-Diretor Presidente da CPT, Sr. Philippe Guedon e do atual, Dr. Henrique Ahrends. Citou a situação caótica encontrada e a franca recuperação da empresa e o desenvolvimento das atividades hoje postas em prática. Disse, encerrando seu pronunciamento, que infelizmente não poderia acompanhar os trabalhos durante todo o dia por estar envolvido em outros como a entrega dos cartões do programa bolsa-escola. Agradeceu a todos e em especial, parabenizou o Diretor Presidente da CPT pela realização da II CMTT. A mesa foi descomposta e o Diretor Presidente da CPT, então, abriu os trabalhos da II CMTT. Agradeceu a direção do Museu Imperial pela cessão da concha acústica para realização da Conferência, dando início imediatamente a sua palestra, destacando o tema PANORAMA GERAL E

EVOLUÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO E DO TRÂNSITO NO MUNICÍPIO. Com o auxílio de transparências, citou que começaria falando do trânsito e da importância de seu gerenciamento pela CPT. Rememorou sua época como coordenador da Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano entre 1993/1996. Essa Coordenadoria encampou a então Secretaria de Transportes e o DEMUTRAN. Órgão de poucos recursos e a fiscalização do trânsito na época era da PM que com esforços mais direcionados para a segurança patrimonial, deixava o trânsito com cuidados menos direcionados. Com a Lei nº 9.503/97, a CPT conseguiu essa dívida. Foi, no entanto, mal recebida tal tarefa pela PMP e CPT. Hoje, o trabalho é diferente, com medidas que vinculam o trânsito ao transporte. Há prioridade ao transporte coletivo. Disse que encontrou a CPT desaparelhada e sem estrutura. Comprou-se a máquina de pintura de faixas, visando atender a um programa da PMP de pavimentação das vias públicas do Município. Citou os anéis viários, variantes, para alívio das vias e troncos da cidade. Disse que a CPT está implantando uma fábrica de placas e adquiriu, recentemente, um caminhão, com plataforma pantográfica. Investimentos que visam dar pronto atendimento ao projeto da PMP de melhoria no trânsito e no transporte da cidade. Avanço não só da CPT e da Prefeitura. Comentou que, num segundo momento, a CPT está investindo na melhoria da sinalização viária na cidade. Para tanto, a empresa está adquirindo os sinais sequenciais para todo o eixo da Rua do Imperador. Em conjunto, estamos padronizando nossas centrais digitais que será instalada na nova sede da empresa, na Rua Alberto Torres, 115. Disse que estamos adquirindo rádio para todos os agentes de trânsito e estudando um sistema de identificação de acidentes a distância. A previsão é a instalação dos semáforos até fevereiro ou março de 2003. Comentou do programa dos ATAx que permanece como ferramenta importante na segurança do trânsito, sendo que a CPT está revisando as faixas de pedestres a frente de todas as escolas do Município. Falou da campanha da faixa de pedestres no início do ano e a boa repercussão na cidade. Avançou-se muito nesse sentido. Totens, tachões e divisórias de pistas também passaram a ser utilizados, bem como as medidas de moderação no tráfego como sendo pinturas nas vias e sonorizadores. Investiu-se, pois, em obras físicas de forma efetiva. Citou as obras da Ponte Fones, e da Rodoviária; a mão dupla na Alfredo Pachá. Disse que a parte relativa a transporte será falado mais tarde, com o desenvolvimento mais acurado do tema. O Presidente informou que abrirá um tempo de vinte minutos para debate. Usaram da palavra os senhores Evandro (ASTAPE), André Pavanelli (SETRANSPETRO), Luame

Benin (Casa da Cidadania), Sandro Lara (AMAI), Gabriel (Associação dos Aposentados), sendo destacados assuntos como a impaciência dos agentes de trânsito, o engarrafamento do trânsito no Município que prejudica inclusive o turismo. Sugeriu-se utilização de vias alternativas e sinalização nos distritos. Henrique fez ampla explanação narrando as implementações da CPT no sentido de formação dos agentes, dos vícios encontrados pelas gestões da administração passada, do concurso público recentemente realizado. Citou a preocupação da empresa com relação aos engarrafamentos e a busca da conscientização da população na utilização de vias alternativas, finalizando com a reafirmação do trabalho árduo da CPT na sinalização viária de todo o Município, inclusive nos distritos, encerrando seu painel. Em seguida, foi convidado para proferir sua palestra o Prof. Coordenador do Programa de Engenharia de Transportes da COPPE/UFRJ, Dr. Carlos David Nassi que falará sobre A IMPORTÂNCIA DO TRANSPORTE COLETIVO URBANO POR ÔNIBUS NA ECONOMIA URBANA. Com a palavra, o professor agradeceu o convite e discorreu sobre o transporte coletivo de forma geral, destacando os diversos Estados do Brasil, fazendo um comparativo com a situação de Petrópolis. Apresentou de forma acentuada a situação do transporte coletivo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, mostrando situações que se identificam com Petrópolis. Destacou a concentração do transporte nos centros dos Estados, a utilização das rodovias, transportes de mercadorias, o embate vans e ônibus. Citou percentuais de transportes de passageiros, quantidade de pessoas transportadas diariamente e a utilização do transporte alternativo. Aberto tempo para debates, fizeram uso da palavra os senhores Anderson Juliano (Sindicato dos Trabalhadores), Evandro (ASTAPE). Após foi dada a palavra ao Sr. Gilmar Silva de Oliveira, Diretor Técnico da CPT, para proferir sua palestra sobre MODALIDADES COMPLEMENTARES DE TRANSPORTE NO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS. Com a palavra, o Diretor Técnico disse tratar-se de tema polêmico, compreendendo tais modalidades no transporte por taxi, transporte escolar e a modalidade de fretamento. Usou a transparências e fez detalhada explanação sobre cada modalidade. Destacou que o fretamento está sendo regulamentado, estando a proposta entregue ao COMUTRAN para discussão. Disse, mais, que a CPT e a ASTAPE (Associação dos Taxistas de Petrópolis) estão desenvolvendo o aperfeiçoamento da legislação atual, já com a elaboração de minuta de decreto a ser encaminhada ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal e, finalmente, destacou a experiência do transporte escolar já regulamentado, sua fiscalização e controle.

Henrique informando sobre bandeira 2 disse que estamos propondo que a mesma seja extinta inclusive porque nos distritos como Correias, Itaipava, pedro do Rio, os taxis já saem com a bandeira 2, não se justificando pois as ruas estão devidamente pavimentadas e em condições regulares de uso. Disse que os motoristas têm tabela com os pontos de bandeira 2 e 1 bastando que o cidadão indague dos mesmos sobre as tabelas. Iná (Associação de Araras) reiterou que a população desconhece os locais ou pontos que modifica-se a bandeirada. Henrique disse que a proposta, repetindo, é a extinção da bandeira 2. Comentou que os serviços dos taxis estão melhorando, sendo que o aumento da bandeirada será discutida, juntamente com a forma de utilização da bandeira 2 no próximo dia 13/01/2003. Marcos Leandro (Viação Esperança) – Indagou se, para o transporte escolar, a fixação de 15 (quinze) anos de vida útil para vans e 20 (vinte) anos para microônibus não é demais, pondo em risco as crianças que utilizarem-se do transporte, sendo certo que não há manutenção periódica. Gilmar - disse que a questão é muito polêmica, mas informou que a regulamentação foi feita no ano passado e, ainda assim, há veículos que não estão regularizados, principalmente nos distritos, nas áreas mais distantes. A questão da segurança é uma preocupação constante, mas a CPT necessita priorizar o cadastramento dos veículos para efetivar a fiscalização. Citou que, até pouco tempo, haviam pouco menos de 10 veículos cadastrados. Hoje são mais de 120 (cento e vinte). Num segundo momento, disse o Diretor Técnico, a discussão da vida útil das vans e microônibus poderá ser levada ao COMUTRAN para revisão. Benin (Casa da Cidadania) – Comentou sobre diversos lugares que se utilizam de um passe de papel, com a utilização que visaria melhorar o fluxo de passageiros nos ônibus. Gilmar – Disse que o tema não se refere ao presente painel, mas comentou que a idéia é muito boa, citando o sistema de bilhetagem automática, hoje, já em uso em outras cidades. Evandro (ASTAPE) – Disse que sempre nas entradas dos bairros, há mudança de bandeirada. Domingos e feriados também. Disse que além da tabela, o motorista tem o cartão de identificação que deve estar a vista dos passageiros. Disse da existência de taxis piratas e das kombis da Estrada da Saudade. Perguntou o que a CPT tem feito para inibir esses transportes clandestinos. HENRIQUE – Comentou que no que se refere ao transporte escolar, verifica-se que a idade de vida útil está em 15 e 20 anos porque tal transporte nunca foi regulamentado e o serviço, então, sempre foi feito com veículos velhos. Disse que, então, a primeira providência é chamar para o cadastramento e,

posteriormente, a fiscalização, com ajustes finos. Da mesma forma com as outras modalidades de transportes. Transportes piratas que, infelizmente, já foram encampados pela população em função, inclusive da falta de oferta da empresa que prestava o serviço na região, o que, atualmente tem sido revisto. Disse que a CPT aplicou 193 multas no serviço de taxis neste ano, demonstrando-se que a CPT e a ASTAPE, em conjunto, vem procurando melhorar o sistema. Ao contrário, as kombis e os demais veículos clandestinos, não tem segurança, seguro e garantia nenhuma aos passageiros. Jorge Maia – Secretário de Habitação – Comentou que recentemente participou da inauguração de linha de transporte coletivo em local de difícil acesso, fruto de trabalho técnico e criterioso de engenharia para garantia de prestação do transporte com conforto e segurança. Disse que a implantação de novas linhas tem que levar em conta o tripé Administração, empresa prestadora e população. Citou as inaugurações do governo passado onde, após alguns dias, o serviço precisou ser paralisado. Henrique convidou o JONICY DE BARROS RAMOS Diretor do Departamento de Transporte da SETRA/ Juiz de Fora, MG para proferir sua palestra sobre GRATUIDADE NO TRANSPORTE COLETIVO URBANO – A experiência de Juiz de Fora. Disse que a experiência de Juiz de Fora vem de 22 anos em transporte urbano e discorreu sobre o sistema de transporte de Juiz de Fora, utilizando transparências. Sobre a GRATUIDADE, o Sr. Jonicy disse que Juiz de Fora tem, pela porta traseira, um total de 2,5%. Os estudantes da rede municipal residentes a mais de um quilômetro, com renda familiar de até 2 salários mínimos corresponde a 1,5%. Os deficientes físicos, 0,5% e passe livre para os demais, carteiros, oficiais de justiça, fiscais municipais, e menores de 5 anos 0,5%, totalizando 2,5%. Na questão dos estudantes (estadual e municipal) em torno de 230 escolas, a rede é setorizada, ou seja, os estudantes residem perto de suas escolas. Há controle rigoroso nesse sentido e que possibilita esse baixo índice percentual de gratuidade. Disse o palestrante que entende que na gratuidade, se alguém não paga, outro vai ter que pagar. Disse que a LOM de Juiz de Fora especifica a necessidade de fonte de custeio para bancar a gratuidade. José Carlos de Oliveira – (Taquara) – Como é feito o controle das carteirinhas em Juiz de Fora quanto aos deficientes físicos. Jonicy – Há participação da associação dos deficientes e das empresas nesse controle, sendo certo que em caso de deficiência temporária, o benefício é dado na medida do tratamento, com direito a acompanhante se for o caso. Outros representantes e participantes do COMUTRAN fizeram intervenções sobre o tema, tendo o palestrante respondido a cada questão. Também o Presidente

da CPT, Henrique Ahrends respondeu às diversas colocações feitas sobre o tema gratuidades. Pediu a palavra o senhor ZANATA, Coordenador do Núcleo dos Conselhos, que indagou ao Sr. Jonicy sobre a questão da fixação da gratuidade em Juiz de Fora a partir do parâmetro de “até três salários mínimos”. É constitucional ou a critério do Município. E como funciona o controle desse esquema. Jonicy disse que a maioria das gratuidades existentes tem base legal. O controle do sistema, da mesma forma, escora-se em Lei Municipal que dão os critérios para esse controle. Informou estar de posse de algumas legislações nesse sentido que poderiam ser entregues aos interessados para pesquisa. Marli (Orçamento Participativo) – disse sobre a entrada de estudantes pela porta dianteira, e a dificuldade de controle nesse sentido. Sugeriu que este acesso fosse repensado, inclusive com entrada nos ônibus pela porta traseira. André Pavanelli (Setranpetro) – Indagou do Sr. Jonicy o porquê de, em Juiz de Fora, o acesso aos veículos, inclusive dos gratuitos, é pela porta traseira. E perguntou a Presidente da CPT sobre o que efetivamente a CPT tem feito para diminuir o elevado percentual de gratuidades no Município atualmente, na faixa de 38%. Jonicy informou que em Juiz de Fora, o acesso é pela porta traseira e a saída pela porta dianteira. Em Governador Valadares, é o contrário. A razão principal da inversão é evitar-se o acidente de trânsito. O controle de evasão também é um dos motivos. Salientou, contudo, que a solução da gratuidade, é a implantação da roleta eletrônica. Henrique – disse que a CPT fez reuniões nesse ano sobre redução de operação e gratuidades, discutindo-se esses temas. Vê-se que o controle tem que ser feito na roleta, com entrada pela porta traseira, com passe, se possível nominal, passes esses que levariam em conta a frequência do aluno em sala de aula. Para tanto, aí, a participação efetiva da Secretaria de Educação seria primordial. A economia seria tão grande que poder-se-ia pensar em gratuidade para cursos não seriados. Porém, sabe-se ser um projeto de difícil implantação. Hoje a CPT tem tentado o controle do noturno. Fabiane (APE) – Disse que estava muito triste com a opinião de muitos dos presentes com relação a gratuidade, sendo que a sua é bem diferente. Disse que, em primeiro lugar, a gratuidade é uma medida até mesmo para que as pessoas tenham acesso a educação. Disse que, hoje, se verificarmos na sociedade, as pessoas entre 15 e 24 anos, há em torno de 54% de desempregados e, conseqüentemente quem paga a passagem são os pais desses alunos. Mencionou que hoje na sociedade existem vários problemas sociais, falta de inclusão na sociedade da juventude no geral e principalmente dos jovens estudantes que vão para a escola, tem uma qualidade de ensino

duvidosa e não têm acesso a um teatro, a um lazer, a tudo isso. Entende que a gratuidade tem um sentido de incorporar essas pessoas na vida da sociedade e a APE jamais vai tomar qualquer medida que vá estar prejudicando os trabalhadores, sendo certo que as empresas de ônibus estão prestando um serviço público, uma concessão pública e, conseqüentemente, tem que entender que existe uma grande quantidade de pessoas que não tem condições de pagar a passagem. Citou que estudou um trabalho de doutorado de um professor da UNICAMP sobre gratuidade que enfatizava que a gratuidade é uma obrigação do Estado e muito mais das empresas que só visam o lucro. Salientou que já pediu algumas vezes para estar vendo a questão do lucro das empresas, sem jamais ter sido atendida por entender que não há interesse de se mostrar o lucro das prestadoras de serviço de transporte coletivo. Disse que a APE defende a gratuidade também para o ensino médio. Disse que a APE vai lutar nas ruas por esta bandeira. Questionou, também, se há alguma legislação que fixe a gratuidade dos estudantes somente no trajeto casa x escola x casa. Isso porque a APE defende que o aluno deve Ter o direito de ir, também, a uma biblioteca, a um teatro, etc. Henrique – Disse, em resposta, que não se ouviram vozes contra a gratuidade, mas contra os abusos que a desvirtuam. Disse que todos tem a mesma posição: gratuidade tem que ser dada. Hoje há legislação que determina o trajeto mencionado do aluno, uniformizado e com carteira. A grande questão são os abusos. Mencionou que também há injustiças. Citou que há pessoas que pagam R\$1.000,00 de faculdade e pagam meia passagem. A metade não paga da passagem dele está sendo suportada por trabalhadores, pessoas necessitadas. Disse que é o mesmo raciocínio com os idosos, onde, não obstante entender serem merecedores da gratuidade, inclusive por que há lei nesse sentido para os maiores de 65 anos, há idosos que tem condições de, perfeitamente, pagar a passagem e não o fazem. O que se busca, disse, é priorizar o transporte do mais necessitado, evitando abusos para beneficiá-lo. Jonicy – Disse que em Juiz de Fora, MG, feita pesquisa recente, algumas área da cidade, o motivo estudo/escola supera o motivo trabalho. É uma cidade essencialmente estudantil. Há muitas universidades e escolas. E não há problema nenhum de educação. Disse que problema na educação não se baseia na questão do transporte. Se se pode ou não andar para estudar. Creuza (Associação da Lopes Trovão) – Indagou sobre o controle das carteirinhas de deficientes. Indagou, também, sobre o valor da tarifa igual e não diferenciado. Henrique – Informou que há controle através de laudo médico, revisão periódica, com controle ainda mais rigoroso

atualmente pela CPT. Com relação a tarifa única, possibilitou a mesma a distribuição da população na cidade, com possibilidades iguais aos mesmos no concernente a empregos e moradias em bairros mais distantes. Marambaia – parabenizou a todos os organizadores e participantes da Conferência pelo momento de discussão dos temas apresentados na tarde. Disse que no último resultado do ENEM, Juiz de Fora teve a segunda maior nota média do país, mesmo não havendo gratuidade plena para estudantes, não justificando o argumento de que o transporte visa oportunidade de estudo para estudantes. Comentou da importância de se continuar a discussão durante o ano, da gratuidade. Mencionou, mais, sobre o aumento dos combustíveis e a situação difícil das empresas de transporte coletivo, não tendo mais retrocesso na questão da gratuidade. Henrique – Com o auxílio da transparência, o Presidente fez detalhada explanação sobre o trabalho desenvolvido pela CPT e empresas com relação a redução de operação no sistema viário em Petrópolis. Encerrada a explanação, a CMTT abriu espaço a premiação dos destaques do ano dos rodoviários. Fez uso da palavra e dirigiu os trabalhos o Senhor Marcos Leandro (Setranspetro). Em seguida, e dando prosseguimento ao programa da II CMTT, o Presidente da CPT deu início a eleição dos membros do COMUTRAN, conforme determina o Regimento Interno do Conselho. Explanou que, nesse ano, como não houve nenhuma manifestação anterior de substituição das atuais entidades que participam do COMUTRAN em número de onze, a proposta é inicialmente a manutenção das mesmas, por mais um ano de mandato, sendo as mesmas a ACIRP, AGENDA 21, APE, ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS, ASSUTRAN, CASA DA CIDADANIA, DEFICIENTES FÍSICOS, INSTITUTO CÍVIS, SINDICATO DE TRABALHADORES, UDAM E UNIFAMPE. Segundo o Presidente, é uma lista bastante ampla, com relevantes serviços prestados a comunidade e junto ao COMUTRAN, sendo a proposta da mesma a manutenção das entidades por mais um ano, com a possibilidade de, em sendo contrário a qualquer delas, riscar-se a indesejada e apor, na cédula, o nome da que a substituirá. Fizeram o uso da palavra os seguintes senhores: Wilson (VICE) manifestou interesse em integrar sua sociedade organizada no COMUTRAN. Zanata (Núcleo dos Conselhos) disse que há assentos em diversos conselhos não ocupados de fato, seja por parte da sociedade civil ou do governo. Seria bom que se houver tal entidade que efetivamente não tenha podido fazer-se presente, que ceda lugar àquelas que querem participar. Verificou-se pela Conferência que, efetivamente, algumas entidades efetivamente não têm comparecido às reuniões. Agenda 21, Acirp e Instituto Cívis foram apontados

como de pouca freqüência, embora o Instituto Cívis, apresentou, algumas vezes, justificativas. Diante da constatação, a mesa reformulou sua proposta para a seguinte: ficam indicadas as oito entidades acima mencionadas, exceto Agenda 21, Acirp e Instituto Cívis, para tomarem assento no COMUTRAN por mais um ano, vez que com boa freqüência e participação, indicando, os participantes da Conferência, os outros três nomes restantes. Dada a palavra ao Sr. MAURO CORREA DA SILVA (Vice Presidente do Instituto Cívis), pelo mesmo foi dito que a referida entidade declinava do direito de continuar participando do COMUTRAN, como questão interna do Instituto. Disse que até entende a proposta do Sr. Zanata (Núcleo dos Conselhos), mas não sabe dizer se cem por cento dos representantes do governo participam das reuniões do COMUTRAN até porque a entidade participa de outros conselhos no Município e verifica que a freqüência é relativa. Henrique Ahrends informou que a participação dos representantes do governo também não é integral. Disse, então, que aguardava tão somente a abertura dos trabalhos da eleição para declinar do interesse de participação, até por não concordarmos com esse critério porque, desde junho, segundo o Regimento, todos os mandatos estariam vencidos. Henrique Ahrends disse que diante da apresentação de desistência da entidade, permanecia a proposta da mesa. GUSTAVO TAVARES (Unifampe) – disse que fica difícil a escolha de três novas entidades, sem um prazo para análise, sugerindo suspensão da CMTT, até porque outras que quisessem ocupá-las não estariam presente. Henrique salientou que durante todo o tempo, inclusive de junho até a presente data, não houve qualquer manifestação de outras entidades em participar. Informou que a II CMTT foi elaborada para esse fim e, até para que se evite qualquer entrave contra a eleição das três entidades fora da CMTT. GUSTAVO TAVARES disse então que acata e concorda com o argumento, mas sugere que na primeira reunião do COMUTRAN renovado, discuta-se o Regimento Interno do Conselho. Tal proposta foi aplaudida. Abrindo-se o espaço para as entidades se inscreverem, o Sr. Herbert Cohn – 3ª Seccional da OAB/RJ declinou da participação do Órgão em função da mesma já fazer parte da JARI. Usaram da palavra o representante da VICE (Vila Imperial Cidadania e Ética) e Sandro Lara (AMAI), e bem assim, Luiz Cláudio Correa Alonso AMBC (Associação de Moradores do Bairro Castrioto). Com as inscrições, a nova chapa seria: AMAI, AMBC, VICE, APE, ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS, ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DE TRÂNSITO E TRANSPORTES, CASA DA CIDADANIA, DEFICIENTES FISICOS, SINDICATO DOS TRABALHADORES, UDAM E UNIFAMPE. Chapa única,

eleita por aclamação, eleitos por um ano, de 1º de dezembro de 2002 a 30 de novembro de 2003. o Presidente da 3ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Herbert de Souza Cohn, solicitou constar em ata que a OAB estava propondo uma moção de confiança ao Presidente da CPT e a sua Administração e ao Conselho Fiscal da empresa. O Presidente da CPT agradeceu e finalizou os trabalhos da II CMTT, agradecendo, novamente, a direção do Museu Imperial a cessão do espaço, aos funcionários da CPT pelo empenho e a todos os participantes. Registre-se, ainda, que a presente ata da Conferência encontra-se a disposição dos interessados na Companhia Petropolitana de Transporte – CPT, inclusive no endereço eletrônico www.cptonline.com.br, a partir do próximo dia 27 de dezembro, com prazo até o dia 07 de janeiro de 2003 para alterações ao seu texto pelos participantes da II CMTT, caso necessário. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a presente e lavrou-se a presente ata que, após lida e achada conforme, segue assinada por Aguinaldo Augusto de Mello Junior, assessor jurídico da CPT e Henrique Luiz Gomes Ahrends – Diretor Presidente da CPT. Petrópolis, 30 de novembro de 2002.